

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1760088 - PI (2018/0206107-0)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : EXPRESSO GUANABARA S/A
AGRAVANTE : ESTEVAO JOAQUIM DE SOUSA NETO
ADVOGADOS : ANTÔNIO CLETO GOMES - CE005864
LIVIA SANTOS SOARES - PI011487
AGRAVADO : VALMIRA DA COSTA ABREU DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : FÁBIO ANDRÉ FREIRE MIRANDA - PI003458
EPIFÂNIO LOPES MONTEIRO JÚNIOR - PI009820
ANA ÍRIA CARNEIRO DE MATOS - CE019474

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. CULPA PELO ACIDENTE. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. SUPOSTA OMISSÃO NA ANÁLISE DO PEDIDO DE REDUÇÃO DO VALOR DA PENSÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO VULNERADO OU OBJETO DE INTERPRETAÇÃO DISSENTÂNEA. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. DEMAIS QUESTÕES. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. A desconstituição do *decisum* estadual, para entender que estaria demonstrada a culpa exclusiva da vítima pelo acidente automobilístico, é medida desautorizada nesta via, por demandar o reexame do acervo fático-probatório, obstado pelo enunciado sumular n. 7/STJ.
2. Apesar de terem os agravantes alegado que o Tribunal *a quo* foi omissos quanto ao pedido de redução do valor da pensão, eles não especificaram, de forma clara e precisa, o dispositivo legal que teria sido objeto de ofensa ou de interpretação divergente, o que configura deficiência de fundamentação. Incidência do verbete sumular n. 284/STF.
3. Não tendo havido, mesmo após a interposição de aclaratórios, pronunciamento da Corte de origem sobre os demais temas, incide, na espécie, o enunciado n. 211 da Súmula do STJ, ante a ausência do necessário prequestionamento viabilizador do recurso especial, requisito indispensável ao acesso às instâncias excepcionais.
4. O prequestionamento ficto, previsto no art. 1.025 do CPC/2015, só é admissível quando, após a oposição de embargos de declaração na origem, a parte recorrente suscitar a violação ao art. 1.022 do mesmo diploma, porquanto somente dessa forma é que o órgão julgador poderá verificar a existência do vício e proceder à supressão de grau – providência não adotada no recurso especial apresentado.
5. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 30 de março de 2020 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator